

O Partido dos Trabalhadores nas Duas Margens do Rio:

Plano de Governo de 1989 e Carta ao Povo Brasileiro

MARIANA SULIDADE *

suli_dadebuendia@hotmail.com

Introdução

O Partido dos Trabalhadores fundado em 1980 na esteira da redemocratização, representa a maior unidade político-partidária que em plena Ditadura Civil Militar forjou uma nova esquerda nacional centrada na atuação combativa do sindicalismo do ABC paulista. Nascido no seio do chamado “novo sindicalismo”, o PT, a cada eleição, foi incorporando seu coeficiente eleitoral.

Já na primeira eleição direta para presidente, após duas décadas de domínio dos generais-presidentes, seu candidato, Luís Inácio Lula da Silva, obteve mais votos que importantes caciques da política nacional, como Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB) e Leonel Brizola (PDT). Lula chegou ao segundo turno e ameaçou seriamente a eleição de Fernando Collor de Mello (PRN).

Até chegar finalmente ao poder em 2002, a trajetória política do Partido dos Trabalhadores e de sua principal liderança, Luís Inácio, sofreu profundas transformações que são possíveis de serem identificadas, por exemplo, nos programas do Partido apresentados nas eleições de 1989, 1994, 1998 e 2002. Tais programas refletiam o arco de alianças, os pressupostos que guiavam a candidatura e, principalmente, o programa de governo que viria a ser implantado em caso de vitória.

Assim sendo, esse trabalho propõe-se a investigar uma das possíveis variáveis explicativas das inflexões na trajetória do Partido dos Trabalhadores. Para tal, propõe-se a construir uma discussão comparativa a respeito de dois documentos elaborados pelo Partido em dois momentos eleitorais específicos: as eleições presidenciais de 1989 em que sofreu sua primeira grande derrota nacional, e o pleito de 2002 em que, finalmente, a candidatura Lula chegou ao poder.

* Graduanda do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão.. Resultados da pesquisa desenvolvida no projeto “Grande Imprensa Nacional e os Embates em torno da Consolidação do Neoliberalismo no Brasil” sob orientação da Prof^a Dr^a Monica Piccolo e financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA)

O primeiro documento corresponde às bases de Governo de 1989, apresentado no VI Encontro Nacional do mesmo ano. O segundo, a Carta aos Brasileiros, documento redigido durante as disputas eleitorais de 2002. Pretende-se, dessa forma, mapear algumas das mais importantes questões para o entendimento da trajetória daquele que hoje é a maior força eleitoral do país e que já ocupa o mais importante cargo da República há mais de uma década.

O PT nas mediações do consenso

O Partido dos Trabalhadores em seus trinta e dois anos constitui o partido que mais cresceu geograficamente no cenário político nacional em termos de filiação e representação legislativa. A sua participação em momentos decisivos na História recente do Brasil, desde sua formação,¹ demonstra a complexidade de analisar o PT ao longo de seu processo histórico.

O grau de expectativa gerado em 2002, quando o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva ganha as eleições presidenciais é inegável. Neste período, o PT já representava o reflexo das lutas historicamente defendidas pelos movimentos sociais.

Aliás, nenhum partido no Brasil e na América Latina, segundo o historiador Perry Anderson (2011), teve uma inserção e aprovação nos e dos movimentos sociais quanto o Partido dos Trabalhadores. Desencanto ou ingenuidade? Traição ou estratégia? Estas são dúvidas recorrentes ao comparar as posturas do PT em seus trinta anos de história.

Ora, o Partido desde sua origem apresenta idiossincrasias quanto sua composição. Não se pode ignorar, portanto, os diferentes movimentos sociais e os atores que o compuseram, como também as complicações históricas presentes em sua formação: renovação do sindicalismo; ressurgimento dos movimentos do campo que desemboca na fundação do MST em 1984; a forte presença de movimentos religiosos de fomentação política, como a Teologia da Libertação; articulação de uma nova esquerda; participação no processo de redemocratização política no Brasil.

Deste formidável encontro não se poderia esperar uma homogeneidade nas delimitações teóricas do Partido que eram reflexos das divisões internas desencadeadas pelos

¹ O PT foi criado em 1980 em São Paulo. Este período diz respeito ao longo processo travado pela redemocratização do país.

diferentes atores sociais presentes em sua formação. O sindicalismo representava uma participação maior fazendo com o PT fosse um partido que apesar de se configurar “sem representação parlamentar era frágil institucionalmente, mas tendia a fortalecer no pólo oposto: o social em todas as suas múltiplas dimensões” (SECCO, 2011: 76).

Todavia, e, sobretudo pela possibilidade de se escrever a História do Tempo Presente, recorrer às matrizes ideológicas do Partido dos Trabalhadores diante do quadro temporal apresentado e acompanhar o contínuo desenrolar do Partido é um convite irresistível à compreensão da história política contemporânea nacional e dos movimentos que vem arrebatando a configuração política país².

A mudança de orientação política entre o Plano de Governo de 1989 e a Carta ao Povo Brasileiro de 2002, informa-nos sobre o caráter de mudanças em que um coletivo ou individual está sujeito. Todavia, acredito que tal condição acontece também de forma racional dado a escolha de projetos, nesse caso político, adotado pelo Partido dos Trabalhadores.

O Plano de Governo de 1989 foi elaborado para eleições deste mesmo ano sendo discutido no VI Encontro Nacional. Neste período o PT já contava com 550 mil filiados tendo em São Paulo seu eixo principal de militância.

Alguns aspectos em relação às posturas do PT frente aos partidos de esquerdas internacionais também foram debatidos no encontro, como rompimento do PT com o PC Chinês em ocasião ao massacre da Praça Celestial. O objetivo maior do VI Encontro foi, todavia, a discussão e preparação para as eleições presidenciais de 1989.

Elemento que terá maior repercussão no tocante à política econômica, ao compararmos o Plano de Governo de 1989 e a Carta ao Povo Brasileiro, será em relação à dívida externa. Outro elemento remete a recorrência ao termo socialismo, muito embora não haja no primeiro documento discussões teóricas sobre o termo

[...] no documento aprovado houve 46 referencias ao socialismo. O ataque ao capital monopolista e a distinção entre governo e poder foram estabelecido naquele encontro. O PT defendia uma política econômica baseada na suspensão do pagamento da dívida externa. (SECCO, 2011:133).

²² Refiro-me às denúncias de corrupção que em 2005 atingiram o Partido dos Trabalhadores no famoso caso do “Mensalão”.

Um fator também de profunda importância é a defesa da organização da classe trabalhadora e a definição da almejada sociedade socialista que passava pela posse e controle das riquezas pelos trabalhadores, conforme pode ser visualizado no extrato do documento abaixo

O projeto PT é claro: queremos construir uma sociedade socialista neste País. E nossa definição histórica, cujos traços vão ganhando contornos mais nítidos na medida em que amadurece nossa reflexão partidária. Não queremos apenas mais pão, mais terra, mais liberdade, mais escola e moradia. Queremos tudo isso e mais: a posse e o controle de todas as riquezas sob o controle dos trabalhadores; queremos a plena democracia e a participação real em todas as decisões importantes. Por isso vamos acumular forças, derrotar os setores que sustentam o capitalismo e construir a sociedade Socialista (ENPT, 1989).

Desta forma, mesmo sem um aparato teórico, mostraram-se de forma clara algumas defesas de capital simbólico do projeto socialista. A coligação contava com PC do B e PSB, além do uso da figura de Luís Carlos Prestes na campanha.

Carlito Maia, o publicitário e empresário da campanha FRENTE BRASIL POPULAR, demarcou um espaço permeável aos temas de combate ao Capitalismo e solidariedade das classes trabalhadoras, ausentes treze anos depois na campanha de 2002. Sob a orientação de Duda Mendonça, uniu estratégia e ousadia diante da figura do Lula, garantindo o eleitorado anterior e sob um véu de mudanças avançando para a conquista das demais classes sociais (por meio de pacto social) antes inalcançadas.

Mesmo em 2002, depois de unir-se a um partido de centro-direita, anunciar um candidato a vice de extração empresarial, assinar uma carta-compromisso com garantias ao capital e declarar-se o candidato da paz e do amor, Lula tinha menos intenção de voto entre os eleitores de renda mais baixa do que entre os de renda superior. Hunter e Power notaram corretamente que em suas quatro corridas presidenciais entre 1989 e 2002, a principal base de apoio a Lula estava entre os Eleitores dos níveis superiores de escolarização nos Estados mais urbanizados e industrializados do Sul e do Sudeste. Em suma, a base social de Lula e do PT expressavam as características da esquerda em uma nação cuja metade mais pobre pendia para a direita. (SINGER, 2009: 85).

O Novo Pacto Social

Na Carta aos Brasileiros, de 2002, está presente um caráter apaziguador marcado ausências das temáticas “luta de classe” e projeto socialista³, temas presentes no Encontro Nacional de 1989. Agora, com reflexo de um movimento para o centro, o Plano de Governo do Partido de 2002, desemboca nas promessas de cumprimento do pagamento da dívida externa e de fortalecimento do agronegócio, agregando setores da sociedade civil, como o empresariado nacional e internacional. Neste cenário, o Partido dos Trabalhadores posiciona-se na outra margem do rio,

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo. Aqui ganha toda sua dimensão de uma política dirigida a valoriza o agronegócio e a agricultura familiar. Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento. Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro. (Carta ao Povo Brasileiro de 2002)

Esse movimento rumo ao centro, reflete um investimento em estratégias eleitorais em detrimento da fomentação e reforço ideológico dos projetos anteriores. Pode-se afirmar que a direção da ordem já o animava!

Nos interregnos da derrota eleitoral de 1989 e a Carta ao Povo Brasileiro, o PT, embora acompanhado com duas derrotas presidenciais, conseguiu paralelamente um aumento de participação significativa no legislativo. De 1990 e 2002 a sua representação na Câmara e no Senado elevou-se de 7% para 17,7% e 1.3% para 16% respectivamente (LIMA, 2005).

Lincoln Secco (2011) aponta para um processo gradual de reorientação do PT “que não rompe com o marxismo porque nunca foi marxista”, mas rompe, entre erros e acertos, com o comprometimento com lutas históricas e com pacto firmado nos anos 1990 com os movimentos sociais.

Embora tecesse críticas ao plano econômico do Governo FHC, o projeto PT de 2002 não rompia com diretrizes de posicionamento de política externa. A crítica residia no “como fazer” longe de apresentar uma mudança de reorientação estrutural.

³ Vale ressaltar que no Plano de Governo de 2002 as palavras imperialismo e socialismo estão ausentes tanto na apresentação das diretrizes de campanha quanto no tocante à política econômica.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República. (Carta ao Povo Brasileiro, 2002).

A mesma postura é apresentada nas Concepções e Diretrizes do Programa de Governo do Partido Trabalhador em 2002

Ao elevar as necessidades de financiamento externo a níveis críticos e abolir as restrições ao movimento de capitais, as políticas aplicadas transformaram a dependência do capital estrangeiro em um mecanismo de internalização da instabilidade do mercado financeiro globalizado e de subordinação do funcionamento da economia nacional às prioridades e interesses dos credores e investidores externos. Portanto, tais políticas, sobretudo durante os governos FHC, reforçaram, sob novas modalidades, o caráter passivo e subordinado da inserção do país na economia mundial. Nessas condições, as mudanças no cenário internacional e as debilidades estruturais internas convergem no sentido de transformar a recessão no instrumento privilegiado de ajuste da economia. (CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL 2002)

As Diretrizes do Programa de Governo de 2002 refletem um novo pacto social que não sacrificava, em nome qualquer projeto de origem, os interesses da economia externa tecendo um novo arranjo desenvolvimentista pautado na política de crescimento econômico, mas com uma gradual e lenta distribuição de renda.

As condições de mudanças não residem na crítica estrutural do sistema capitalista, mas na capacidade de beneficiar-se de seus ciclos e ritmos de crescimento sem traçar um projeto alternativo a este, consolidando suas contradições e afinando o seu discurso às determinações do de mercado.

Considerações Finais

A formação do PT esteve aliada a diversos fenômenos, para usar a expressão de Chico de Oliveira “a uma experiência irrepitível da história nacional capaz de unir forças inconciliáveis”, mas irrepitível é todo fato histórico.⁴

⁴ Francisco de Oliveira em entrevista concedida ao programa Roda Viva em 02/07/2012. No presente programa o sociólogo enfatiza, apesar de suas críticas ao partido, a importância deste não só ao forjar uma alternativa de

Apresentadas as contradições sobre os passos e tropeços do PT em seu projeto⁵ de readequação à ordem foi estabelecido um diálogo com a hipótese oferecida, de que esse processo foi lento, mas direcionado e acompanhado pela importância de estratégias eleitorais.

Esse processo de migração do Partido rumo ao centro do espectro político, pode ser interpretado pela necessidade de ampliação do arco de alianças como forma de acesso ao poder. Assim, conceitos caros à esquerda do final dos anos 1980, como luta de classes e defesa do socialismo, são deixados de lado a partir das alianças construídas no pleito eleitoral de 2002⁶ que estão sob o véu da permanência de estruturas de fortalecimento da classe detentoras dos meios de produção.

Portanto, o encaminhamento político em busca do poder foi direcionado via rompimento com lutas históricas do partido em nome de um novo pacto social e de alianças inconcebíveis na década de sua formação.

As posturas de democratização interna do Partido dentro de seus movimentos de refluxo e influxo, embora não tenham sido objetos de análise, certamente apontam para direções esclarecedoras. Assim, a relação entre as tendências e as experiências autoritárias da Direção Nacional, assim como uma análise mais concisa em relação à Articulação que desde metade da década de oitenta torna-se a tendência majoritária do PT poderão ser variáveis importantes para a compreensão de sua dinâmica interna de funcionamento e também da trajetória histórica. Outra dimensão de fundamental importância é o impacto que as decisões nacionais do partido têm em suas instâncias locais, uma vez que sua heterogeneidade também é regional.

Diante de tudo que foi apresentado e longe de qualquer julgamento de valor, a análise de toda a experiência histórica está sujeita ao tempo e espaço em que elas se constroem. O PT representa as contradições de se forjar um novo modelo de esquerda em um período dramático da história nacional.

esquerda no processo de redemocratização do Brasil mas também a partir de sua capacidade diante de sua criação, em 1980, de conciliar forças para o fortalecimento dos movimentos sociais.

⁵ Tal projeto mesmo que internamente não se faz hegemônico, um exemplo são as dissidências internas e a formação de correntes que divergem entre si que ganham peso, sobretudo depois da primeira metade da década de 1989.

⁶ Nas eleições presidenciais de 2002, o Partido dos Trabalhadores aliou-se ao Partido Liberal que teve seu candidato, José Alencar, um importante empresário mineiro, como vice na chapa de Lula.

As oscilações programáticas do Partido estiveram no cerne de sua fundamentação e tornaram-se campo de disputa fazendo com que o projeto em andamento destoasse do projeto de comprometimento com as lutas e atores sociais de sua origem.

Fontes Documentais

Resolução do VI Encontro Nacional. São Paulo, 1989. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/node/5879>

Concepção e diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/node/5879>

Carta ao Povo Brasileiro. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/node/5879>

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 91. São Paulo, novembro de 2011.

LIMA, Maria Solange. **Análise do sistema partidário brasileiro: A evolução da bancada parlamentar na década de 90**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação, Disponível em <http://bd.camara.gov.br> Coordenação da Biblioteca.

SECCO, Lincoln. **História do PT 1978-2010**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2011.

SINGER, André. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 85, novembro de 2009.

SOUZA, Lincoln M. Das Marcas do Passado à Primeira Transição do PT. **Perseu**, n.02. São Paulo, agosto de 2008.